



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1212/2024
(à MPV 1212/2024)

Acrescente-se, onde couber, na Medida Provisória o seguinte artigo:

“Art. Ficam revogados os §§ 2º e 3º, do art. 2º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como objetivo revogar a restrição segundo a qual o autoprodutor de usinas hidrelétricas até 50 MW, após ter sua outorga de concessão renovada, não pode mais exercer a liberdade de vender seus excedentes de energia elétrica.

Cabe ressaltar que a venda de excedentes pelos autoprodutores é ferramenta indispensável para mitigação de riscos da indústria, além de promover eficiência alocativa e aumento da liquidez dos contratos de compra e venda de energia. Reconhecendo esse importante papel, a ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 921, de 2021, já autoriza a irrestrita comercialização de energia pelos autoprodutores, com base na competência dada a Agência pela Lei 9.427, de 1996. Veja:

“Art. 6º Constituem direitos do autorizado:

Parágrafo único. Os outorgados sob o regime de autoprodução de energia elétrica estão autorizados a comercializar os seus excedentes de energia na forma do inciso IV do art. 26 da Lei nº 9.427, de 1996.”

“Art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996:



Art. 26. Cabe ao Poder Concedente, diretamente ou mediante delegação à ANEEL, autorizar:

[...]

IV - a comercialização, eventual e temporária, pelos autoprodutores, de seus excedentes de energia elétrica.”

Dessa forma, não se enxerga nenhuma justificativa razoável para que a Lei impeça essas empresas autoprodutoras de acessar livremente o mercado de energia, em condições de igualdade com outros agentes, inclusive outros autoprodutores. Nesse sentido, a presente emenda visa corrigir essa distorção, a qual pode prejudicar sobremaneira a continuidade de empreendimentos hidrelétricos de autoprodução no país.

Sala da comissão, 16 de abril de 2024.

Deputado Arnaldo Jardim
(CIDADANIA - SP)

